



CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMR
ÂNIMA EDUCAÇÃO
CAIO CÉSAR SANCHES DE ABREU
MATEUS RAMIRES RODRIGUES

**A INTERFERÊNCIA DA POLÍTICA MONETÁRIA NO CENÁRIO
INFLACIONÁRIO NO BRASIL: ANÁLISE DO PERÍODO DA COVID-19**

Rio de Janeiro

2022

CAIO CÉSAR SANCHES DE ABREU
MATEUS RAMIRES RODRIGUES

**A INTERFERÊNCIA DA POLÍTICA MONETÁRIA NO CENÁRIO
INFLACIONÁRIO DO BRASIL: ANÁLISE DO PERÍODO DA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de graduação em
Ciências Econômicas, do Centro
Universitário IBMR - Ânima Educação,
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof. Me. Felipe de Melo Gil Costa

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Abreu, Caio César Sanches de.

A162i A interferência da política monetária no cenário inflacionário no Brasil: análise do período da COVID-19. [manuscrito] / Caio César Sanches de Abreu e Mateus Ramires Rodrigues. Rio de Janeiro. -2022.

43 f.

Monografia (graduação) - Centro Universitário IBMR - Curso de Ciências Econômicas, Rio de Janeiro, 2022.

Orientador: Felipe de Melo Gil Costa.

1. Brasil. 2. COVID-19. 3. Economistas. 4. Pandemia. 5. Políticas monetárias. I. Rodrigues, Mateus Ramires. II. Costa, Felipe de Melo Gil. (Orient.). III. Centro Universitário IBMR. IV. Título.

CDD: 330

Caio César Sanches de Abreu
Mateus Ramires Rodrigues

A INTERFÊRENCIA DA POLÍTICA MONETÁRIA NO CENÁRIO INFLACIONÁRIO DO BRASIL: ANÁLISE DO PERÍODO DA COVID-19

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel, aprovado em sua forma final pelo curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário IBMR.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Me. e Orientador Felipe de Melo Gil Costa - IBMR

Prof. Me. Leidisangela Santos da Silva - IBMR

Prof. Me. Wagner Fernandes dos Santos

Rio de Janeiro
2022

DEDICATÓRIA

Eu, Caio César, dedico este trabalho a minha mãe, ao meu pai, a minha tia, a minha irmã e a minha avó (in memoriam), por terem me apoiado durante estes anos da graduação e por exercerem papel fundamental em minha vida.

Eu, Mateus Ramires, dedico este trabalho a toda minha família, meus pais, minha irmã, minha namorada e ao meu filho. Todos tiveram um papel essencial ao longo desses anos de graduação, contribuindo muito em minha evolução acadêmica, profissional e pessoal.

AGRADECIMENTOS

Eu, Caio César, venho por meio deste, agradecer às pessoas que participaram e foram fundamentais neste período da graduação e fizeram com que o mesmo fosse concluído com sucesso. Agradeço em especial ao meu pai Washington Luiz de Abreu, minha mãe Lúcia Helena Chaves Sanches, minha irmã Thayanne Isabelle da Silva Abreu, minha tia Maria Helena Alves Ramos, e minha avó Teresa Alves Ramos (in memoriam), que me trouxeram ensinamentos externos aos da graduação, que apoiaram nos momentos mais difíceis e se esforçaram junto a mim, para que mais esta etapa da minha vida fosse concluída. Agradeço também a todos os professores que fizeram parte desta trajetória acadêmica e que se esforçaram para repassar, da melhor maneira possível, todo o conteúdo necessário para minha formação, em especial ao Prof. Me. Wagner Santos e ao Pro. Me. Felipe Gil, que se disponibilizaram a todo momento e foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Eu, Mateus Ramires Rodrigues, venho através deste, agradecer às pessoas que foram fundamentais e que tiveram uma participação assídua em todo processo de graduação, contribuindo para que a conclusão do curso acontecesse da melhor maneira possível. Agradeço primeiramente aos meus pais e irmã, Zayr Miranda Rodrigues, Márcia Rosana Ramires Rodrigues e Gabriela Ramires Rodrigues, que participaram de todo meu processo evolutivo como ser humano e estiveram comigo nos momentos mais difíceis, me ensinando todos os princípios éticos, morais que um homem deveria ter e se hoje concluo este curso com êxito, são graças a esses três pilares em minha vida. Agradeço também a minha namorada, que exerceu um papel fundamental ao longo desses quatro anos, incentivando em momentos difíceis e me fazendo lembrar que sou capaz de conquistar tudo aquilo que almejo. Agradeço também a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, tanto no ensino fundamental e médio, quanto no superior, em especial ao Prof. Me. Wagner Santos e ao Pro. Me. Felipe Gil, que se colocaram disponíveis a todo momento da faculdade e principalmente na conclusão deste trabalho.

*“O sábio nunca diz tudo o que pensa, mas
pensa sempre tudo o que diz. “*

Aristóteles

*“O homem não teria alcançado o possível se,
repetidas vezes, não tivesse tentado o
impossível. ”*

Max Weber

RESUMO

Este trabalho tem como seu principal objetivo mostrar a importância da interferência das políticas monetárias durante um período de crise econômica, esse mais especificamente, vai tratar do período pandêmico da Covid-19 no Brasil. Para explorar o tema, serão explicados na sessão dois, o que é política monetária e quais são seus dois tipos. Ainda na sessão dois, será apresentada a definição do fenômeno que conhecemos por inflação, seus agentes e em que este fenômeno consiste. Por fim, nesta mesma sessão, será discutido sobre a pandemia do Covid-19 e seus impactos na economia. A abordagem do assunto foi dividida em duas partes, onde a primeira consiste e tem um caráter descritivo e explicativo, já que se buscou em livros, artigos e *sites* especializados, assuntos relacionados ao tema escolhido. Na segunda parte, será apresentada uma entrevista, com três economistas, a qual busca expandir e analisar diferentes pontos de vista a respeito das políticas monetárias adotadas pelo Banco Central durante o período da pandemia no Brasil. Ao final da pesquisa e após ser realizada a análise dos dados coletados, será apresentada a conclusão dos autores e seus pontos de vista acerca do conteúdo abordado.

Palavras-chaves: Brasil. Covid-19. Economistas. Pandemia. Políticas monetárias.

ABSTRACT

This work has, as its main objective to show the importance of the interference of monetary policies during a period of economic crisis, this one more specifically, will deal with the pandemic period of Covid-19, in Brazil. To explore the topic, it will be explained, in session two, what monetary policy is and what the two types are. Also in session two, the definition of the phenomenon we know as inflation, the agents, and what this phenomenon consists. At last, in this same session, the Covi-19 pandemic and the impact on the economy will be discussed. The subject approach was divided in two parts, where the first consists of a descriptive and explanatory character, since it was searched in books, articles, and specialized sites for subjects related to the chosen theme. In the second part, an interview with three economists will be presented, which looks for expanding and analyzing different points of view about the monetary policies adopted at the Central Bank during the pandemic period in Brazil. At the end of the research and after the analysis of the data collected, the authors conclusion and their points of view will be shown on the content addressed will be presented.

Keywords: Brazil. Covid-19. Economists. Pandemic. Monetary policies.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Endividados.....	34
------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC	Banco Central
CMN	Conselho Monetário Nacional
EUA	Estados Unidos da América
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Objetivo Geral.....	14
1.2	Objetivos Específicos.....	15
1.3	Justificativa.....	15
2	REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	16
2.1	Política monetária expansionista/restritiva.....	16
2.2	A inflação no Brasil e seus agentes.....	17
2.3	A economia frente a pandemia do Covid-19.....	19
3	METODOLOGIA.....	22
3.1	Tipologia da pesquisa.....	22
3.2	Coleta de Dados.....	23
4	ANÁLISE DE DADOS.....	24
5	CONCLUSÃO.....	35
	REFERÊNCIAS.....	38
	APÊNDICE A.....	41
	ANEXO A.....	43

1. INTRODUÇÃO

O mundo, até 1929, era tomado por ideias da teoria clássica, princípios, oriundos do pai do liberalismo econômico, um grande filósofo e economista britânico, Adam Smith. Os clássicos não previam nenhum tipo de interferência estatal na economia, acreditavam que essa se regularia de forma automática e eficiente.

Após a crise dos EUA, uma nova teoria veio à tona: a teoria Keynesiana. Tal pensamento, fez a sociedade refletir e questionar as ideias clássicas, acreditando na sua ineficácia em relação à grande depressão. Desde então, houve uma abertura de visão global para a interferência do estado na economia, não apenas social, como político, com o argumento de que auxiliaria no controle da inflação, retomando o poder de compra e zelando pela volta de um sistema financeiro sólido.

O primeiro governo centralizador no Brasil após a grande depressão, foi o regime político implantado por Getúlio Vargas, em novembro de 1937, denominado de “Estado Novo”. Até o mandato de Getúlio, não existia uma instituição governamental única responsável pelo controle da oferta de moeda. Quem exercia essa função era o Banco do Brasil, que por sua vez, também era um banco comercial. Sendo assim, em 1945, Getúlio Vargas criou a superintendência da moeda e do crédito (Sumoc), que tinha como principal objetivo, zelar pela saúde financeira do Brasil, controlar a inflação, auxiliar nas relações financeiras externas e internas do país, preestabelecendo um cenário favorável para criação de um Banco Central.

A partir de então, originou-se uma nova era no cenário político econômico do Brasil, na qual o governo passou a ter uma maior influência sobre a economia. Neste cenário, vislumbrou-se uma maior expectativa no crescimento econômico do país, devido ao fato do controle do nível de preços estar sendo observado mais de perto por uma gestão centralizadora.

Levando em consideração esses aspectos, o Estado, ao longo dos anos, foi fundamentando estratégias e metas, que se basearam em um conjunto de ações na tentativa de controlar a liquidez da moeda, visando o equilíbrio da taxa de juros, da inflação e do crescimento ou retração da economia. Tais ações, mantiveram o controle da inflação por intermédio de políticas monetárias expansionistas ou restritivas, interferindo diretamente na quantidade de moeda disponível no mercado. Podemos

citar alguns exemplos como operações dessas políticas: a variação da taxa Selic, as operações de *open market*, os depósitos compulsórios, a taxa de redesconto, entre outros.

Apesar das políticas adotadas para equilibrar a economia, o Brasil conviveu com uma agressiva crise inflacionária, sendo necessária a criação não só de medidas econômicas, mas também de um plano econômico que mudaria o valor real da moeda. Este plano foi nomeado “Plano Real”, que trabalhou diretamente em três frentes: o ajuste fiscal, a implementação da unidade Real e a projeção da moeda (URV). Segundo Fernandes e Toro (2005, p. 6): “Após a liberação financeira e comercial promovida no início dos anos 90, o Plano Real trouxe uma redução drástica da taxa de inflação”.

Posteriormente ao controle da inflação, o Brasil viveu momentos de altos e baixos, porém, dentro de uma normalidade econômica natural do mercado. Entretanto, em 2020, com surgimento de uma das maiores crises sanitárias da história, advinda do novo coronavírus que levou milhares de pessoas a óbito - não só no Brasil, como no mundo - o país sofreu uma grande recessão econômica, levando a altos índices de preços, não só na gasolina, como a alta do dólar e uma inflação forada comum.

Atualmente, vivemos uma crise jamais vista! A pandemia do coronavírus trouxe consigo a mobilização negativa da economia e simultaneamente a mudança nos hábitos da sociedade. Assim, é necessária uma análise sobre a inflação nesse período pandêmico e como o Estado se comportou perante a crise, utilizando-se dos instrumentos da política monetária para entender o cenário econômico e como isso refletirá no futuro do país.

Diante do acima exposto, o trabalho tem como problema de pesquisa: As políticas monetárias adotadas no período pandêmico da Covid-19, foram ideais para o controle da economia no Brasil?

1.1 Objetivo Geral

- Discorrer sobre as políticas monetárias usadas para combater a inflação em meio à crise do Covid-19.

1,2 Objetivos Específicos

- Apontar quais medidas foram escolhidas;
- Identificar quais estratégias traçaram;
- Expressar quais foram as consequências das medidas adotadas e quais outras poderiam ser utilizadas.

1.3 Justificativa

O presente documento busca dar continuidade a trabalhos de pesquisas já realizados com intuito de complementar e expandir o conhecimento na área econômica a respeito de políticas monetárias que podem ser usadas para o combate da inflação, seus desdobramentos e as interferências na economia de um país.

Entende-se que o estudo do tema pode contribuir para especialistas da área e curiosos que tenham o interesse de se aprofundar em assuntos econômicos que possam refletir diretamente no dia a dia da população e nas tomadas de decisões em diversos aspectos, sejam eles pessoais ou gerais.

Em virtude disso, este trabalho fundamenta-se na importância de entender sobre o controle da oferta de moeda na economia brasileira e como isso reflete na inflação, impulsionando-a ou reprimindo-a.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

Com o intuito de discorrer sobre o tema de pesquisa escolhido, o seguinte referencial teórico será dividido em três partes, são elas: 1) política monetária expansionista/restritiva; 2) a inflação no Brasil e seus agentes; 3) a economia frente à pandemia do Covid-19.

2.1 Política monetária expansionista/restritiva

De acordo com o pensamento de Mendonça (2002), a política monetária até os anos 70 era um instrumento usado para manter o desemprego baixo, e, a partir dos anos 80, o propósito era de controlar o índice de preços. Ainda de acordo com o autor acima citado, após a crise internacional do petróleo, que levou ao grande aumento da inflação, a política monetária teve mudanças depois que o conceito teórico de expectativas racionais foi incorporado pelos novos-clássicos. Assim, o uso das medidas monetária não era mais capaz de mudar o lado real da economia, já que os agentes conseguem antecipar os movimentos.

“O órgão responsável pela política monetária é o Banco Central, que tem como meta manter o custo e a quantidade de dinheiro na medida saudável para o país” (MENDONÇA, 2021, Online).

Para o Banco Central do Brasil (2021), o valor da moeda depende da constância dos preços, preservando o seu poder de compra, e para isso, utiliza-se ferramentas monetárias que afetam a taxa de juros (Selic) e a liquidez da moeda.

Esses autores falam sobre políticas protecionistas. Como elas são utilizadas e quais os seus instrumentos de ação? É o que veremos adiante!

Para Reis (2018), as três maiores ferramentas da política monetária, são as operações de *Open Market*, redesconto e depósito compulsório.

O *Open Market* é a compra ou venda, por parte do Banco Central (BC), de títulos públicos, uma operação de curto prazo. Já o redesconto é uma ajuda, como um empréstimo, que o BC fornece às instituições financeiras para sanar problemas de liquidez, logo, uma ferramenta de médio prazo. E o depósito compulsório é uma forma que o Banco Central têm de controlar a quantidade de dinheiro disponível nos caixas dos bancos, por meio de recolhimentos que as instituições são obrigadas a manter, a operação é considerada de longo prazo.

A política monetária expansionista, consiste no aumento da oferta de moeda na economia com a diminuição na taxa de juros, gerando aumento da produção e do emprego. E a política monetária restritiva é o oposto, ou seja, a redução da oferta de moeda na economia, elevando a taxa de juros, assim, essa política gera a subtração da produção e do emprego (ENAP,2017).

Para Mendonça (2021), a inflação está diretamente ligada ao nível da taxa Selic, já que o Banco Central muda a mencionada taxa como forma de combate à inflação.

Complementando o que Reis (2018) fala sobre as ferramentas da política monetária, Mendonça (2021), argumenta que os depósitos compulsórios exigidos pelo Banco Central têm o objetivo de proteger os bancos ao risco de crédito e servem como uma espécie de reserva de emergência para crises. E acrescentando ao texto do Enap (2017) sobre os tipos de política monetária, a política expansionista ocorre quando há a necessidade de aumentar o consumo, aumentando os empregos disponíveis ou melhorando preços, e como consequência disso temos a redução da Selic, a compra de títulos, o aumento da oferta de crédito para os bancos e retração na taxa dos depósitos compulsórios. Por outro lado a política contracionista ocorre exatamente de maneira oposta (MENDONÇA, 2021).

Com isso em mente, o governo utiliza essas ferramentas para manter a inflação e a quantidade de moeda em circulação sob controle. (REIS, 2018).

2.2 A inflação no Brasil e seus agentes

Segundo a informação concebida por Coraccini (2021, online), “A preocupação com a inflação aparece em terceiro lugar com 9% das pessoas indicando essa questão como a mais preocupante do ponto de vista econômico,” Um dos grandes tormentos da população brasileira voltou a ser tema habitual no país nos últimos dois anos: a inflação. Contudo, é importante analisarmos no que realmente consiste esse fenômeno.

Desde o início do cenário pandêmico, os índices nos níveis de preços vêm sofrendo alterações positivas, principalmente em setores como alimentação, que no Brasil, a alta dos preços foi ainda pior, comparado com a inflação global, por motivos macroeconômicos, como a alta do dólar (AZEVEDO, 2021).

Este fato, automaticamente, chamou atenção de vários especialistas, do governo e da sociedade como um todo.

Definir o fenômeno em si, não é uma tarefa que dispõe de um elevado nível de conhecimento técnico. Conforme Moran e Witten (1993, p.120), há inúmeras definições referentes a inflação, porém, a mais objetiva consiste em um crescimento constante no nível geral de preços em um determinado período. Logo, para Gutierrez (2004), se diversos setores de uma economia foram afetados por uma alta nos preços de uma forma generalizada, consideramos que houve uma inflação nesse período, desconsiderando como cenário inflacionário o aumento isolado de apenas um setor ou produto. Isso porque, o fenômeno implica na redução do poder de compra da moeda, gerando uma desvalorização e, conseqüentemente, as pessoas conseguiriam comprar menos ao longo do tempo.

Existem inúmeras maneiras de avaliar a inflação, porém, de acordo com Carrara e Correa (2012), em junho de 1999, o Conselho Monetário Nacional (CMN) delimitou que a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) seria utilizada como parâmetro para medir a inflação no país. O IPCA, tem como objetivo medir o preço de um conjunto de produtos, bens e serviços operados no varejo de diversas categorias e o somatório dessas variações é o que determina a inflação.

Ainda de acordo com Carrara e Correa (2012), conforme a administração monetária implantada em 1999, ficou por incumbência do Banco Central, fazer previsões da inflação e garantir uma saúde inflacionária estável, fazendo cumprir as metas estipuladas pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM), que por sua vez, utiliza a taxa de variação do IPCA para um controle inflacionário eficiente. O COPOM¹ utiliza a taxa SELIC como taxa média para ajustar e controlar o nível de preços e manter a quantidade de moeda em circulação estável. Entretanto, ficou atribuída a responsabilidade das pesquisas dos produtos, serviços e elaboração do somatório dos índices, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este é quem faz o acompanhamento das regiões metropolitanas do país, são elas: São Paulo; Rio de Janeiro; Belo Horizonte; Porto Alegre; Curitiba; Recife; Fortaleza; Belém; Vitória; Goiânia; Campo Grande; Rio Branco; São Luís; Aracaju e Brasília.

1

Define-se por Comitê de Política Monetária (COPOM), o órgão do Banco Central do Brasil, responsável por realizar reuniões a cada 45 dias, com o intuito de definir a taxa básica de juros (Selic), do país. O órgão foi criado em 1996 com o objetivo de traçar as políticas monetárias adotadas pelo país.

É de fundamental importância, entendermos não só o que é a inflação, mas como é controlada e suas principais causas. Primeiramente, temos que ter em mente que a inflação pode ter causas de curto e longo prazo e como tudo na economia, essas variações nos níveis de preços são cíclicas, ou seja, o aumento de um produto pode acabar afetando no preço de outro, porém, de uma maneira geral, podemos apontar que as principais causas da inflação estão no aumento da demanda e nos custos de produção.

Para Giovannetti, (2013, p. 11):

Dentro da teoria econômica que aborda a inflação encontramos duas principais linhas. A Teoria Estruturalista da Inflação tenta explicar o fenômeno inflacionário através do repasse do aumento dos custos do produto para o consumidor e sua dinâmica a partir de conflitos distributivos entre trabalhadores e empresários. Já as Teorias de Inflação de Demanda buscam explicar a inflação através de fenômenos de desequilíbrios entre oferta e demanda de bens e serviços, como por exemplo a Curva de Phillips, que tenta quantificar o impacto do hiato do produto da economia sobre a inflação. Essas duas linhas, em teoria, podem servir para explicar o fenômeno da inflação de serviços no país no período estudado.

Em vista dos argumentos apresentados, ainda de acordo com Giovannetti (2013), podemos exemplificar e analisar de maneira lógica que, se um produto tem uma demanda maior do que sua capacidade de produção, conseqüentemente, seu valor subirá. Paralelo a isso, havendo uma maior oferta de moeda no mercado ou uma grande disponibilidade de crédito, as pessoas naturalmente consumiriam mais, gerando um aumento na demanda geral por produtos. Já a inflação referente aos custos de produção, acontecem devido à repartição do aumento de custos por parte do produtor, ao valor do produto final, partindo da premissa que visa a maximização de lucro, e, qualquer aumento no valor dos custos de produção, afetaria o valor do produto final, contribuindo com o aumento da inflação.

2.3 A economia frente a pandemia do Covid-19

Schueler (2021), jornalista do site da Fundação Oswaldo Cruz (FRIOCRUZ), traz à tona as informações da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o coronavírus (COVID-19), dizendo que já pode ser classificado como pandêmico, ficando ao lado de outras doenças como a Peste Negra (1300) e a Gripe Espanhola (1818-1920).

Para a FGV Jr. (online), a pandemia gerou implicações complexas de se mensurar na economia global, como a redução nas exportações, nos preços das commodities, na queda de valores do mercado financeiro, no menor fluxo comercial devido a diminuição de pessoas nas ruas e na produtividade de alguns setores.

Segundo Azevedo (2021), hoje no Brasil, estamos vivenciando uma inflação com impacto maior, principalmente nos alimentos, que por sua vez teve uma alta de 14,66% em 12 meses, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com proeminência nos setores produtivos do açúcar (44%), óleo de soja (32%) e carnes (25%).

No mesmo ano tivemos o índice de variação de preços perto dos 11%, fazendo o Banco Central aumentar a taxa Selic para tentar conter a inflação (MENDONÇA, 2021).

Os fatos apresentados derivam em função dos aumentos nos custos de produção e o aumento da demanda, devido à crescente desvalorização do real em relação a moeda norte-americana. Ainda de acordo com Azevedo (2021), o dólar cresceu 29,33% no ano de 2020, alcançando um teto de 6,33% no ano de 2021. Essa alta do dólar influencia diretamente no mercado, fazendo com que os preços dos insumos fiquem mais competitivos no exterior, acarretando assim no aumento dos custos de determinados produtos, como o trigo que afeta no valor do pão, e assim sucessivamente.

“O custo de produção às prateleiras e a alta do dólar faz com que seja mais vantajoso vender os produtos para o exterior, o que diminui a oferta no Brasil. [...] são necessárias medidas para toda a cadeia”. (LACERDA, 2021, Online).

Levando-se em consideração os aspectos mencionados acima, nota-se que a sequela inflacionária brasileira na pandemia é fruto de uma dependência importadora do Brasil em relação aos insumos produzidos no exterior, ocasionando um descontrole nos preços, não só do setor alimentício, como de qualquer outro setor que depende da importação de produtos para manter a saúde estável de sua produção.

De acordo com Ferreira et al (2019, p. 28), apresentam uma definição precisa em relação a variação da taxa de câmbio e sua influência nos negócios do Brasil no âmbito internacional, o que explica os argumentos citados no parágrafo anterior.

O valor do dólar ou da taxa de câmbio influencia toda a economia mundial. No Brasil, as constantes flutuações da moeda americana atingem de diversas formas o mercado, e o setor que acaba sendo mais impactado por essas

mudanças é o de exportação, tanto positivamente quanto negativamente. Qualquer pequena alteração pode fazer toda diferença na balança comercial. Quando ocorre flutuação no dólar, alguém sempre sai ganhando, em contrapartida, o outro lado acaba ficando na desvantagem. Por isso é necessária uma avaliação correta de como o dólar pode influenciar no comércio, a fim de definir as melhores decisões ou prevenir contra o aumento da moeda.

Diante disso, “A pandemia de coronavírus derrubou a economia global em 2020 e o Brasil não ficou imune ao abalo provocado pelas restrições impostas à atividade econômica” (ALVARENGA; GERBELLI; MARTINS, 2020).

Ainda conforme Alvarenga; Gerbelli; Martins (2020) devido às restrições sociais, o Brasil sofreu com crises na oferta e demanda, levando à problemas na produção do país e à diminuição da renda. Com o auxílio dado pelo governo, as pessoas conseguiram manter um certo nível de consumo, porém, não foi acompanhado pelo aumento na oferta, gerando uma alta no nível de preços.

Para Costa (2020), o emprego teve uma queda devido a redução das atividades produtivas que levaram as demissões. Para o Brasil sair desse cenário, o governo deve levar recursos para os setores que estão estagnados e melhorar os investimentos para vencer a pandemia, como investir na construção civil, por exemplo.

Ainda de acordo com Costa (2020), mesmo com os gastos do governo aumentando o déficit público, a volta dos empregos junto ao crescimento econômico, aumentará o chamado Produto Interno Bruto (PIB) e as receitas do país. Contudo, o governo poderá dar continuidade aos projetos de retomada econômica, podendo investir novamente em prol da população.

3 METODOLOGIA

A presente seção, tem por objetivo, demonstrar a metodologia traçada para esta pesquisa, no que se refere à tipologia, aos meios e aos fins. Em um primeiro momento, discorrer-se-á sobre a tipologia da pesquisa e posteriormente, sobre a coleta de dados usados para embasar tal pesquisa e as respectivas análises dos dados apresentados.

3.1 Tipologia da pesquisa

A tipologia escolhida para a pesquisa foi a do método qualitativo, uma vez que busca, através deste, demonstrar a importância da interferência da política monetária no cenário brasileiro supracitado.

Segundo Denzin e Lincoln (2006), é entendido como método de pesquisa qualitativo, aquele que utiliza o entendimento e estudo interpretativo acerca de fenômenos que ocorrem em cenários naturais, para comprovar determinada teoria e/ou problemática social ou humana.

Ainda acerca do método qualitativo, “[...] a verdade não se comprova numérica ou estatisticamente; ela surge na experimentação empírica, a partir de análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente, e na argumentação lógica das ideias” (MICHEL, 2015, p.40).

No que tange aos fins, nesta pesquisa, será utilizado o caráter descritivo, pois indo de encontro ao pensamento de Barbosa (2006), buscar-se-á descrever o fenômeno da inflação na economia brasileira, no período pandêmico da Covid-19 e a correlação entre as variáveis, no cenário descrito. Também apresenta caráter explicativo, pois de acordo com Mendonça (2016), esse tipo de pesquisa busca explicar através de suas causas, os fenômenos que ocorrem.

Quanto aos meios, será utilizado o método da entrevista, ou seja, “Trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica, que proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária. ” (MARCONI; LAKATOS, 2021, p.226). Ainda, de acordo com Michel (2015), esse método busca esclarecer dúvidas e essas podem ser aprofundadas com o contato direto com o entrevistado, culminando em uma análise, detalhada, dos fenômenos abordados.

3.2 Coleta e seleção de dados

Para realizar a coleta dos dados e a respectiva seleção, será feita uma entrevista com três economistas, são eles: Claudio de Carvalho Marouvo, Leidisangela Santos da Silva e Marcelo de Carvalho Azevedo Anache.

Claudio de Carvalho Marouvo é economista, formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e especialista em gestão administrativa e desenvolvimento regional. Ele também leciona na Instituição de ensino superior IBMR.

Leidisangela Santos da Silva é mestre em economia pela Universidade Federal da Bahia com graduação na Universidade Católica de Salvador. Também é especialista em administração e gestão pública pela Universidade Federal Fluminense.

Marcelo de Carvalho Anache é formado pela faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ele é Doutor em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

4 ANÁLISE DE DADOS

Acerca dos dados analisados que norteiam nosso trabalho de pesquisa, apresentar-se-á uma entrevista elaborada com sete perguntas que foram feitas a três economistas, são eles: Prof. Me. Cláudio de Carvalho Marouvo, Prof.^a. Me. Leidisangela Santos da Silva e Prof. Dr. Marcelo de Carvalho Azevedo Anache.

Posteriormente, será feita a análise de cada resposta, demonstrando de maneira imparcial, a contribuição de cada resposta para a pesquisa.

Ao serem perguntados a respeito da visão de cada um sobre a política monetária utilizada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que consistia na liberação de verbas do fundo de reserva constitucional para o financiamento de empresas não rurais dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, os entrevistados deixaram as seguintes opiniões:

“Na minha opinião, foi necessária a criação do Pronampe e dentro do Pronampe existiu essa oportunidade da liberação de recursos para empresas que praticamente estavam fechadas, de uma forma que elas faziam parte do lockdown, uma forma de combate a Covid-19. Se o governo não tivesse dado esse tipo de auxílio, as empresas teriam fechado e vários empregos teriam sido perdidos, além da produção ter sido paralisada por completo.” (Cláudio de Carvalho Marouvo)

“A atual política monetária do BC é contracionista, aumentar os juros para conter a inflação, porém o mercado possui mais oferta de crédito e então a política contracionista encontra um grande desafio, a facilidade de oferta de crédito pelas instituições não bancárias que impacta no aumento do endividamento. Hoje os supermercados aceitam cartão de crédito de outras bandeiras, além de obter cartão próprio da loja. Cenário que não era muito comum a 10 anos atrás. Essa nova realidade precisa ser avaliada, e novas estratégias devem ser utilizadas para o combate do aumento da inflação, pois o aumento da taxa de juros impacta no valor do crédito. Muitas empresas acabam postergando seus investimentos com a taxa de juros altos. E é nesse sentido que foi necessária realização da liberação de verbas do fundo de reserva constitucional para o financiamento de empresas não rurais para regiões do Brasil onde o desenvolvimento não é elevado. No caso do Brasil, o Estado precisa estimular as empresas a se manterem no Brasil, pois vários fatores impactam negativamente as empresas como: alta carga tributária, falta de mão de obra especializada entre outros. Assim, para evitar as fugas ou mortalidade das empresas o Estado precisa criar estratégias para evitar o aumento do custo Brasil.” (Leidisangela Santos da Silva)

“Esses recursos são importantes para auxiliar pequenos empreendedores e estudantes com vistas a reduzir o nível de desigualdade. Além disso, esses

recursos contribuem para o desenvolvimento regional dessas regiões, estimulando a redução das disparidades intra-regionais de renda. ” (Marcelo de Carvalho Azevedo Anache)

Ao analisarmos as respostas dos economistas com relação ao auxílio do Governo para pequenas e médias empresas de regiões do país com menos desenvolvimento, Claudio de Carvalho Marouvo, defende e afirma que foi importante para que pudessem continuar sua produção e, conseqüentemente, fez com que algumas continuassem abertas, mesmo com a produção reduzida.

Assim como para Claudio de Carvalho Marouvo, Leidisangela Santos da Silva, afirma que este recurso ajudou e foi importante, fazendo com que pequenos empresários fossem estimulados a produzir. Também ressalta que, por conta das altas cargas tributárias e por falta de mão de obra especializada, essas regiões captam menos investidores e, conseqüentemente, esses empreendedores são afetados.

O economista Marcelo de Carvalho Azevedo Anache, também foi a favor da disponibilidade deste recurso e complementou, afirmando que este tipo de auxílio pode trazer um maior desenvolvimento para as regiões citadas, fazendo com que a disparidade de renda seja diminuída.

Em seguida, foi indagado sobre a mudança de cumprimento de exigibilidade de depósitos compulsórios sobre depósitos de poupança. Segue o que foi respondido pelos economistas:

“Infelizmente em termos de política monetária quando visa a redução do depósito compulsório, o que acontece é que os bancos em função do nível de risco aumentar muito porque as empresas estão fechadas, os bancos centrais acabam retendo esses recursos não passando para ponta final, ou seja, a política monetária faz um efeito muito pequeno em relação ao que ela se propõe, justamente por conta do aumento do risco, os bancos se sentem mais preocupados com os pagamentos dos empréstimos e, na sua maioria, eles retêm esses recursos e não liberam. Então, eu acho que a eficiência quando ela vem de cima para se diluir por várias empresas, ela acaba não acontecendo. ” (Claudio de Carvalho Marouvo)

“A proposta tem como intuito praticar uma política expansionista, ou seja, tornar o crédito mais barato, pois a proposta tem como intuito reduzir as alíquotas de depósito compulsório. Ao avaliar por outro ponto, a poupança é um ativo financeiro com baixa expressão no mercado, as pessoas utilizam para uma reserva de precaução, ou seja, utilizar em casos de emergência, visto que os outros ativos financeiros possuem maior rentabilidade, porém não tem uma liquidez tão imediata quando comparado a poupança. Podemos verificar isso quando observamos a queda expressiva do saldo da poupança, no Brasil, durante o período da pandemia. Outro ponto a reforçar é que atualmente a população tem mais conhecimento sobre os outros ativos financeiros, além da facilidade de investir pelo app ou internet banking da sua instituição bancária. As fintechs contribuíram muito, assim diminuímos a quantidade de população não bancária e se propagou a importância de maior rentabilidade, e esses ativos financeiros quando comparados com a

poupança, sempre possui maior rentabilidade. Então o BC está criando estratégias para o novo cenário financeiro brasileiro. “ (Leidisangela Santos da Silva)

“Apesar da possibilidade de descontar do recolhimento compulsórios os empréstimos para empresas com faturamento até R\$ 50 milhões, esperava-se que tal medida criasse condições para potenciais reduções nos spreads bancários. Porém, a baixa competitividade no setor bancário, dificultou o objetivo de redução no custo do crédito. “ (Marcelo de Carvalho Azevedo Anache)

Com relação a mudança de cumprimento de exigibilidade de depósitos compulsórios sobre depósitos de poupança, Claudio de Carvalho Marouvo, acredita que a medida não teve o impacto esperado, pois ao mesmo tempo que empresas fechavam, o risco do não pagamento dos empréstimos aumentava e fazia com que o risco, por parte dos bancos, também aumentasse.

De acordo com o ponto de vista de Leidisangela Santos da Silva, a proposta do BC foi de realizar uma política expansionista, já que buscou-se diminuir a alíquota para aumentar a procura por crédito. Contudo, com o surgimento de novas modalidades de investimento e com o aumento da disseminação e maior procura do conhecimento a respeito das novas maneiras de investir, a população não bancária acabou aumentando, fazendo com que os bancos tradicionais perdessem seus clientes.

Para Marcelo de Carvalho Azevedo Anache, a medida também não foi muito eficaz, já que se esperava a diminuição dos *spreads* bancários (diferença de valor com relação ao que o banco cobra de uma pessoa que deseja pegar empréstimo e do valor pago a um investidor para obtenção dos recursos monetários), porém a baixa competitividade entre os bancos impossibilitou tal fenômeno.

A terceira pergunta da entrevista, está relacionada a compra de títulos privados no mercado secundário. Seguem os comentários sobre tal medida:

“A compra dos títulos privados, ela era feita independente da pandemia. Ela foi uma sequência de política monetária que já vinha desde a crise de 2008 nos países europeus e nos Estados Unidos, ou seja, no mundo inteiro e o Brasil também seguiu, que é a famosa política do Contactive Easy, para não deixar entrar, a economia, em uma recessão global. Na época, então, ela não foi uma coisa específica para pandemia da Covid, mas basicamente foi para manter os bancos com o nível de liquidez alto, porque se as empresas fecham e param sua produção, por conta do lockdown, elas param de vender e se elas não pagam seus empréstimos, os bancos não têm recebimentos para poder pagar seus aplicadores, então isso pode gerar uma crise sistêmica. Isso acabou auxiliando os bancos a se manterem com uma liquidez maior, ou seja, mais caixa para sustentar essa época em que os recebimentos iriam parar, ou seja, os atrasos iriam aumentar. Uma política monetária que já vinha

acabou também resolvendo esse problema da pandemia, em relação aos bancos. “ (Claudio de Carvalho Marouvo)

“Ao avaliar as medidas do BC e comparar com a ideologia do Governo Bolsonaro, elas estão alinhadas. O crédito nas instituições financeiras é caro, as empresas precisam ter uma outra forma de captar recursos financeiros para continuarem investindo no país. Eu acredito que o Banco Central está mais robusto, as experiências em outros países servem de benchmarking, além disso, existem vários títulos privados que atendem os perfis de investidor. Além disso, o BC junto com as outras instituições do governo, além das instituições bancárias vem promovendo a educação financeira, com o intuito de que a população saiba investir, e investir com segurança conforme o seu perfil de investidor. “ (Leidisangela Santos da Silva)

“Esse instrumento é usado por bancos centrais de diversos países em momentos de crise e pode ajudar no processo de recuperação da economia. No caso brasileiro, acabou não sendo necessário porque o auxílio emergencial, a redução do compulsório dos bancos e o fundo garantidor do Tesouro Nacional para empréstimos para micro e pequenas empresas foram suficientes para atender a demanda das empresas. “ (Marcelo de Carvalho Azevedo Anache)

Com relação a compra de créditos do mercado secundário, Claudio de Carvalho Marouvo, aponta que esta política já vinha sendo tomada pelo Brasil antes mesmo da pandemia e ajudou os bancos a terem um maior nível de liquidez, já que estavam com dificuldade de captar dinheiro por conta do fechamento de algumas empresas devido à paralisação da produção durante o período de *lockdown*. Isso acarretou falta de capital para o pagamento dos empréstimos, o que poderia se tornar um problema para os bancos devido à não captação da moeda.

Já Leidisangela Santos da Silva, cita ainda que esta ação foi importante para as empresas conseguirem, de uma outra maneira, recursos, e esses, por sua vez, serviriam para o investimento.

Na concepção de Marcelo de Carvalho Azevedo Anache, esta ferramenta é usada por diversos Bancos Centrais ao redor do Mundo e, no caso do Brasil, não obteve relevância, já que outras medidas tomadas, como a redução do compulsório dos bancos e o fundo garantidor do Tesouro Nacional para empréstimos para micro e pequenas empresas, foram suficientes para atender a demanda das companhias.

Posteriormente, foi discorrido sobre o principal foco do Governo, a solvência de pequenas e médias empresas. Todavia, a nível de crédito, houve apenas uma medida voltada para pessoas físicas, que consistiu em oferecer imóveis como garantia de mais de um empréstimo, com o intuito de facilitar a busca por moeda. Os entrevistados comentaram o seguinte:

“Concordo, tecnicamente falando, porque já que as pessoas estavam se endividando mais e mais e os bancos tem essa responsabilidade de devolver esse dinheiro ao aplicador, o banco é uma empresa como qualquer outra, então eles, é claro, à medida que eles aumentam os empréstimos, o nível de risco aumenta, logo, eles para reduzirem ou para conterem esse aumento do risco, eles exigem uma garantia maior. Então, eu sou a favor, na linha de que os bancos têm que se proteger também.” (Claudio de Carvalho Marouvo)

“É uma situação complicada, aliás digo um trade-off, você precisa fomentar o empreendedorismo no Brasil, principalmente do microempreendedor, mas esse microempreendedor precisa de crédito. Qual a garantia que você terá caso esse microempreendedor não empreenda gaste o dinheiro com outra coisa, ou o negócio dele chegue à falência? Essa política ela é inibidora, pois só quem tomará crédito quem realmente tenha um imóvel de garantia, sabemos que a questão de pessoas com casa própria no Brasil, quitada é um desafio, além de que a pessoa deverá investir e lutar que seu negócio der certo. Acredito que outras políticas podem ser realizadas com relação ao micro empreendedorismo, necessita-se de uma ação conjunta governo federal, estadual e municipal, com incubação e acompanhamento, para realização de um empréstimo seguro e um negócio vingue, uma vez, que o índice de mortalidade das empresas no Brasil é muito alto. Uma empresa perece contribui para todas as esferas do país.” (Leidisangela Santos da Silva)

“A resposta, como em todo e qualquer problema na ciência econômica, é “depende”. Como toda e qualquer modalidade de crédito, ela possui seus prós e contras. O principal intuito dessa linha de crédito é gerar algumas características positivas como empréstimos de maior volume, prazos mais extensos, maior concorrência entre as instituições e juros mais baixos em relação a outras modalidades de crédito. A questão é que o crédito com garantia de imóvel (CGI) é mais indicado quando visa um crédito produtivo (ampliação de um negócio) ou de alta emergência. Portanto, em uma condição de vulnerabilidade, como na pandemia, esse tipo de crédito pode se tornar um pesadelo, caso o adquirente, por exemplo, perca seu emprego. Portanto, o mesmo é desaconselhável para gastos de consumo não-urgentes que extrapolariam o orçamento familiar.” (Marcelo de Carvalho Azevedo Anache)

No que tange ao acima citado, Claudio de Carvalho Marouvo, afirma que pensando pelo lado dos bancos, a medida utilizada foi correta, já que se tratava de um período de recessão econômica e as instituições financeiras precisariam de uma garantia maior para poder ceder crédito.

Leidisangela Santos da Silva, diz que é uma situação complicada e trata-se de um *trade-off*, já que é preciso fomentar a economia a partir dos microempreendedores, porém estes precisam de crédito. Ela complementa afirmando que a política se torna restritiva ao passo que a maioria dos cidadãos brasileiros não possuem imóveis regularizados e devidamente quitados que possam servir como garantia do empréstimo.

Ao ser indagado sobre tal recurso utilizado, Marcelo de Carvalho Azevedo Anache, discorre a respeito da eficiência de tal modalidade e afirma que existem os prós e contras da medida. Ele diz ainda, que esse recurso busca expandir a produção e como o país se encontrava em um período pandêmico, a qualquer momento, os tomadores de empréstimos poderiam perder seus empregos e consequentemente não conseguiriam pagá-los.

Em prosseguimento à entrevista, foi tratada a política de redesconto, e os economistas discorreram e comentaram a respeito desta. Seguem as respostas:

“Já com relação a operação de redesconto, ela basicamente é utilizada de uma forma de socorro aos bancos que tem problema de liquidez, ou seja, quando um banco está com problema muito grande de liquidez que não consegue se socorrer no mercado monetário junto a outros bancos, ele vai ao Banco Central. Mas essa atitude, no Brasil, ela é vista de uma forma muito negativa, pois quando um banco comum vai ao Banco Central solicitar redesconto, é porque ele está com problema de liquidez. Aí, já insere nesta solicitação, um problema para o próprio banco, que passa a ser mais fiscalizado pelo banco central. Por outro lado, a contar no final da pergunta “...acredita que a mesma deveria ter sido utilizada pelo Bacen como uma das medidas realizadas em 2020?” Aí é a posição contrária ao que falei anteriormente, onde o Banco Central, com interesse de aumentar liquidez, como foi usada no Contactive Easy, que os bancos americanos e outros bancos iam comprar créditos particulares junto as outras instituições para ajudar elas, aqui no caso específico, o Bacen já estava fazendo isso. Não com o nome de operação de redesconto, mas com esses empréstimos de liquidez. Então, essas operações já foram feitas no Brasil, mas por conta do Contactive Easy, desde 2018/2019 aqui no Brasil e lá fora, a muito mais tempo, como você pode se lembrar que em 2020, a taxa era de 2% ao ano, onde já era uma política de colocar bastante dinheiro na economia para ela não entrar em recessão.” (Claudio de Carvalho Marouvo)

“O Banco Central do Brasil é o banco dos bancos, nós temos uma cultura em que a quebra de um banco irá trazer várias instabilidades para a população e impactar outros bancos. Já estávamos com efeitos pandêmicos, criar outra instabilidade no país seria um caos. Ainda não estamos preparados para todo relaxamento das normatizações do BC. Temos outro ponto, a evolução das fintechs trouxe algumas instabilidades para os grandes bancos brasileiros, que também hoje lançam as suas fintechs para tentar concorrer com igualdade. Antigamente as pessoas tinham somente uma conta bancária em um banco, atualmente, quantas contas bancárias você tem? Seu dinheiro está aplicado somente em uma instituição? O Banco Central nas suas medidas visa o atendimento do bem-estar econômico da sociedade. E quando falamos de econômico, estamos falando de economia, que é satisfazer todas as necessidades. Então, temos que pensar no bem-estar psicológico das pessoas, pois nossas ações são promovidas pelo nosso comportamento, e o psicológico influencia bastante o comportamento.” (Leidisangela Santos da Silva)

“O redesconto é um instrumento importante no sentido de gerar liquidez ao setor bancário e possibilitar um aumento das operações de crédito. Sem dúvida continua sendo uma ferramenta importante de política monetária, útil,

principalmente, em momentos de forte incerteza, como foi durante a pandemia do Coronavírus. A medida foi utilizada em 2020, conhecida como linha temporária especial de liquidez. “ (Marcelo de Carvalho Azevedo Anache)

Ao analisar as respostas dos economistas, conclui-se que Claudio de Carvalho Marouvo e Marcelo de Carvalho Azevedo Anache, concordam com a medida tomada pelo Banco Central do Brasil e salientam a importância para gerar liquidez para os bancos e consequentemente um maior nível de disponibilidade de crédito.

Claudio de Carvalho Marouvo, salienta outro ponto importante, mas desta vez, com relação ao nível de prestígio dos bancos, que pode ser afetado a partir da visão do Banco Central que poderá fiscalizar mais de perto as instituições que a ele recorrem com maior frequência.

A economista Leidisangela Santos da Silva, parte do pressuposto que o Banco Central é o Órgão maioritário dos bancos e que visa o bem-estar econômico, ou seja, entende-se que utiliza seus recursos para tentar manter uma economia saudável.

Fora ainda abordado um tema mais genérico, sendo perguntado aos entrevistados, quais outras medidas, na opinião deles, poderiam ter sido tomadas para que o efeito da inflação pudesse ter sido menor. Os entrevistados responderam o seguinte:

“O que a gente propunha na época, era que o Banco Central autorizasse, como no final ele começou a fazer, a criação de fundos de investimento e direitos creditórios (conhecido como FIDC) como alternativa de você fazer empréstimos muito mais baratos e mais longos para as empresas. Com relação a inflação, ela é inerente a uma política monetária mais frouxa ou a uma política monetária com injeção de moeda, porque, em minha opinião, a inflação é um fenômeno tipicamente monetário. O que causa inflação é mais moeda do que produto, inclusive a teoria quantitativa da moeda que já foi atualizada, mas pegando lá atrás, a quantidade de moeda é dada pelo produto, e depende da velocidade e do nível de preço. Mas considerando a forma simplista de analisar pela fórmula $M.V=P.Y$, que é uma lei antiga, podemos dizer que o fenômeno da inflação, que é o aumento do P na fórmula, vem dado que você aumentou o M , dado que o Y deveria ser aumentado ao mesmo tempo, mas se o Y (produto) que depende de as empresas estarem trabalhando para aumentar, se as empresas estão fechadas e os funcionários não estão lá trabalhando, logo não sai produto. Se você injeta moeda via Pronampe e Auxílio Emergencial vai existir uma quantidade muito maior de moeda voltada para o consumo sem que exista a contrapartida do aumento do produto. Logo se não existe o equilíbrio, vai acontecer o aumento do nível de geral de preços. “ (Claudio de Carvalho Marouvo)

“O covid-19 ele não foi somente no Brasil, também aconteceu no mundo, por isso do Pandemia. Nós somos um país globalizado, ou seja, temos relações com outros países. O aumento da inflação não foi somente no Brasil aconteceu em vários países, e várias situações contribuíram para a elevação

dos preços, um deles é a demanda e a oferta. Durante a Pandemia, as pessoas estavam psicologicamente afetadas, pelo medo de morrer pelo vírus, ou pela falta de alimentos. Esse segundo fez com que as pessoas realizassem estoques de alimentos em suas casas. No mercado era comum ver a limitação de unidades a serem vendidas para evitar o desabastecimento e acredito que essa medida nos mercados apavoravam as pessoas.

A produção diminuiu, pois, muitas empresas fecharam as portas, ou reduziu a quantidade de funcionários na linha de produção para evitar a contaminação pelo vírus, e isso se refletiu em toda cadeia produtiva. Vejo que as pessoas se tornaram mais individualista, lutando pela sua sobrevivência esquecendo que precisamos do ser humano para que a economia flua. Na pandemia, tudo mudou na cadeia produtiva, mas as necessidades das pessoas não mudaram, queriam mais de tudo para ter estoque sem pensar no próximo. Além disso, para contribuir o presidente do país tinha baixa popularidade, devido aos seus discursos, ou seja, o que ele falasse uma boa parte da população não respeitaria. A política econômica não é feita somente pelo Banco Central, mas sim por todos nós que somos agentes econômicos e que moldados a economia, as políticas implementadas são instrumentos, por isso tem que ser bem utilizada por cada um de nós para que o resultado seja positivo. “ (Leidisangela Santos da Silva)

“Inicialmente cabe recordar que a pandemia se apresentou como um choque simultâneo de oferta e de demanda sobre as economias. Esse choque implicou um conjunto de incertezas e inseguranças que resultaram em uma forte retração da atividade econômica a partir de março de 2020. A rápida recuperação da China colaborou para a elevação da demanda e dos preços internacionais de alimentos. Entre maio de 2020 e março de 2021, ocorreu a elevação de 30% do índice agregado de preços de alimentos – índice divulgado pela Organização para as Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Tais elevações também foram induzidas por ações de diversos governos em recompor seus estoques reguladores de alimentos em um cenário de indeterminação quanto à duração da pandemia. Cabe aqui elencar uma crítica: falta de política de estoques reguladores e estratégicos de alimentos. Pois ao garantir a oferta em momentos de escassez e mitigar a volatilidade de preços, estoques de alimentos são estratégicos para a segurança alimentar das populações e adotados por diversos países, com distintos níveis de desenvolvimento. Esse, entretanto, não foi o caso do Brasil, que iniciou um processo de redução de seus estoques em meados de 2016, com vistas a reduzir seus custos de armazenamento. A covid-19 encontrou o país com os menores estoques reguladores em uma década, tornando o mercado de grãos mais exposto a choques de preços no curto prazo. Dessa forma, no limite, quem arca com tais custos não é o erário público, mas, sim, a população cuja participação da alimentação na renda é mais elevada. Também é importante citar como contribuinte desse processo inflacionário o preço dos combustíveis. Aqui cabe criticar a transmissão da volatilidade dos preços externos para os consumidores domésticos, associada à ânsia pelo pagamento de dividendos aos acionistas da Petrobrase à venda de ativos da companhia. Também se faz importante destacar como colaborador desse processo inflacionário os hábitos de um certo mantra, representado pela política monetária como a única resposta de política econômica possível em qualquer contexto, em que ao mesmo tempo ignoramos alternativas de política fiscal. Esses citados hábitos, levaram a duas agressivas reduções da taxa de juros nos meses de junho e agosto de 2020 por parte do Banco Central do Brasil. O resultado desse ajuste de política monetária foi um processo de elevação da volatilidade no mercado cambial, combinada com forte e persistente depreciação do real, na contramão do observado em economias de perfil semelhante ao do Brasil, que apresentaram revalorização de suas moedas perante o dólar durante período de recuperação dos preços das commodities. A interação entre os

preços internacionais em elevação e o real em depreciação constituiu-se mecanismo central para a elevação da inflação do período. A dinâmica do mercado internacional comprador e a taxa de câmbio elevaram a rentabilidade das exportações brasileiras, e ao mercado interno coube a absorção da elevação de preços mesmo em um contexto de contração da demanda agregada e crescimento do desemprego. “ (Marcelo de Carvalho Azevedo Anache)

As respostas dadas pelos três economistas, Claudio de Carvalho Marouvo, Leidisangela Santos da Silva e Marcelo de Carvalho Azevedo Anache, são unânimes, concluindo-se que, para eles, a inflação impactou diretamente no cenário econômico brasileiro no período da pandemia.

Esse impacto se deu por conta da falta de oferta de produtos, como alimentos por exemplo, e, essa falta, fez com que as pessoas corressem para garantir o que ainda havia disponível no mercado. Esse elevado nível de demanda e a baixa oferta por conta do fechamento ou funcionamento parcial das empresas, fez com que o preço dos produtos aumentasse e consequentemente, que o nível inflacionário crescesse.

Claudio de Carvalho Marouvo, complementa sua resposta afirmando que o Banco Central, para tentar contornar tal cenário, poderia ter utilizado desde o início a ferramenta que utilizou no final da pandemia, que foi a criação de fundos de investimento e direitos creditórios (conhecido como FIDC). Esse fundo de investimento, consistia na concessão de empréstimos mais baratos com um maior período de tempo para pagamento.

Por último, mas não menos importante, foi perguntado aos economistas, quais medidas adotadas no período pandêmico da Covid-19, eles julgam como essenciais. Segue o que foi respondido por eles:

“Todas as medidas foram essenciais, já que você não poderia deixar a economia parar por muito tempo, porque a consequência vai ser a falta de produto, o aumento da inflação que tem que ser combatida com a política monetária contracionista, com o aumento da taxa de juros para controlar a inflação, que gera desemprego. Isso, já sabendo que futuramente traria consequências, fez com que o nosso Banco Central tomasse essa medida antes do resto do mundo, o que foi um fator altamente positivo, já que hoje, quando estou respondendo esta pergunta, a nossa inflação vai ser menor que muitos países da Europa e talvez, nosso crescimento, como tomamos as medidas antes, seja superior a outros países que agora estão entrando na recessão enquanto nós estamos saindo dela. “ (Claudio de Carvalho Marouvo)

“Em fevereiro de 2019, a taxa básica de juros era de 6,5%, de agosto de 2019 a setembro de 2021 a taxa básica de juros foi menor que antes da pandemia. A taxa de juros inicia sua elevação a partir de outubro de 2021. Ou seja, o crédito não estaria tão caro, mas uma das medidas que o governo realizou e

que eu acho poderia se estender durante a pandemia, com prazos maiores, era o depósito do FGTS de forma parcelada, essa foi uma forma de financiar algumas operações dentro da empresa. ””(Leidisangela Santos da Silva)

“Frente a essa situação de pandemia, sem dúvida, a medida, se não a mais importante, uma das mais essenciais, que o Governo Federal Brasileiro concedeu, foi a criação do Programa de Auxílio Emergencial (PAE). Esse programa trata-se de um benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, que possui como objetivo o fornecimento de proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do coronavírus. Destarte, no decorrer da pandemia a realidade mostrou que o benefício foi importante, pois contribuiu no controle da crise sanitária bem como no combate à fome e à desigualdade de renda. ” (Marcelo de Carvalho Azevedo Anache)

Todos os economistas foram unânimes em suas respostas e afirmam que as medidas tomadas pelo Banco Central foram importantes para diminuir o impacto da pandemia em nossa economia.

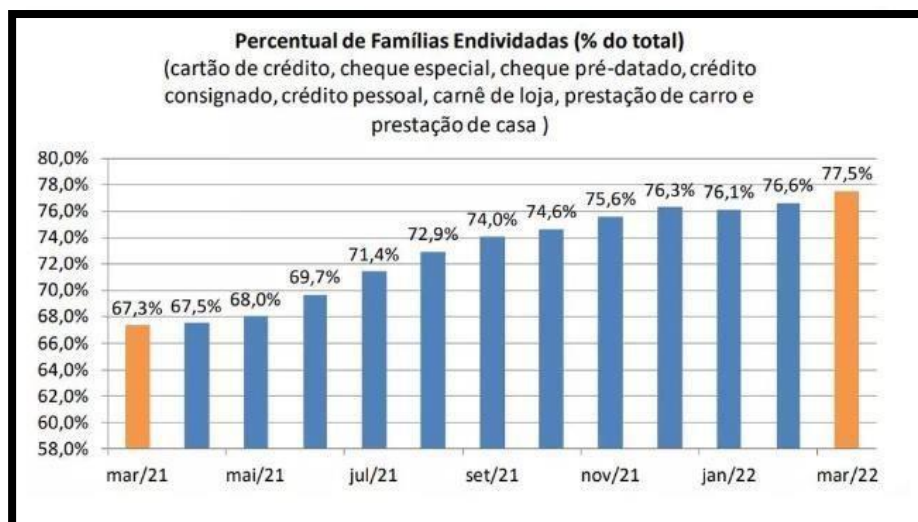
O entrevistado Claudio de Carvalho Marouvo, afirma também que, como o Bacen implementou as medidas mais cedo com relação aos outros países, o Brasil consequentemente conseguiu se reerguer primeiro.

Para a economista Leidisangela Santos da Silva, outra medida importante utilizada, foi a do depósito do FGTS em parcelas. Ela afirma, que tal ação culminou em uma nova forma de financiamento, e que deveria ter continuado ocorrendo até o término da pandemia.

Por fim, Marcelo de Carvalho Azevedo Anache, acrescenta ainda que a criação do Programa de Auxílio Emergencial (PAE) foi mais uma medida fundamental para a população e para os microempreendedores, pois contribuiu no controle da crise de saúde que estava sendo enfrentada. Ainda contribuiu também para o combate à fome da população mais desfavorecida e à diminuição da desigualdade de renda, que ainda sim, continuou existindo.

Para complementar a resposta dos economistas e embasar a pesquisa, apresentar-se-á um gráfico a respeito do endividamento das famílias:

Endividados



G1

Ao analisar o gráfico, observamos o aumento significativo do endividamento das famílias, onde o número de inadimplentes atingiu o recorde máximo nos últimos 12 anos. Logo, conseguimos identificar uma das causas do problema no que tange ao consumo e, paralelamente, observar também, que a demanda foi tão afetada quanto a oferta nesse período, exigindo da gestão pública um cuidado, uma atenção equiparada ao que tiveram com a oferta.

5 CONCLUSÃO

Pode-se observar, que a política monetária exerce um papel fundamental na economia do país através de ferramentas adotadas, a fim de garantir o controle inflacionário em épocas de crise como da COVID-19, que por sua vez, gerou problemas em inúmeras vertentes do mercado e na sociedade, colocando em risco desde a saúde da população, à nossa cadeia produtiva, fazendo com que as políticas de proteção fossem necessárias.

Como forma de combate à pandemia, uma das primeiras medidas da gestão pública, foi o isolamento social, que fora indispensável em detrimento ao contágio exacerbado do vírus. Contudo, trouxe consigo, problemas no que tange aos dois maiores pilares que movimentam o mercado: a demanda e a oferta. A população se encontrou de mãos atadas e as políticas protecionistas também, pois tal medida, afetaria a oferta e a demanda propriamente dita. Empresas foram fechadas, a contingência de funcionários no setor privado foi estritamente reduzida, o que atingiu a cadeia produtiva, logo, diretamente a oferta. Por outro lado, a demanda também foi atingida devido à preferência pela liquidez das famílias, afetando o consumo.

Em consequência do cenário exposto acima, a política monetária se deparou com um desafio de brigar em duas frentes no mercado, em um contexto em que precisa compreender a necessidade das firmas e entender a causa da diminuição das demandas por consumo das famílias.

Observada a importância do Estado de intervir no início da crise com políticas de proteção, em especial para grupos com índice de precariedade maior (trabalhadores autônomos e informais), uma das únicas medidas não monetárias, que afetaram diretamente o consumo das pessoas, foi o benefício de R\$600,00, que procurou assegurar uma renda mínima das famílias.

São indiscutíveis as necessidades desses seletos grupos em receber o benefício, porém, em contrapartida, são inegáveis as dificuldades encontradas por uma efetividade logística no processo de implantação do auxílio.

O cadastro no site estava longe de conseguir atingir o público correto! A página da internet apresentava baixa qualidade, dificuldade de acesso, de manuseio e de compreensão, fazendo com que, pessoas com a real necessidade, não obtivessem sucesso no cadastro e por outro lado, um grupo que não se enquadrava nos requisitos para sua concessão, acabaram utilizando de subterfúgios para conseguir o auxílio.

Entretanto, pode-se concluir nas entrevistas, que todas as medidas realizadas neste período a fim de zelar por um sistema monetário sólido, foram essenciais: a linha de crédito para micro empresas e empresas de pequeno porte; a chamada pública para seleção de fundos de crédito para micro, pequenas e médias empresas; a redução no cumprimento de capital das instituições de menor porte; a mudança na exigibilidade de depósitos compulsórios; o financiamento de capital de giro para preservação de empresas; a compra de títulos privados e imóvel como garantia de mais de um empréstimo (tendo essa última como uma das únicas voltadas para pessoa física).

Portanto, é indiscutível a importância de todas essas medidas! A solvência do mercado é o motor da durabilidade do setor privado, conseqüentemente da oferta. Mas, e a demanda das famílias?

De acordo com a proposta de Salomão (2020), o Banco Central poderia atuar como um financiador de última instância, liquidando dívidas creditícias de firmas e pessoas físicas com a instituição bancária, fazendo uso de uma nova modalidade da medida de redesconto. Logo, ao invés de assegurar a liquidez dos bancos - conforme o modelo tradicional - o foco seria a solvência das famílias, atenuando as restrições ao crédito e incentivando o consumo. Assim, a tendência é que o índice de endividamento das famílias não fosse tão exorbitante e a busca pelo equilíbrio entre a demanda e a oferta nesse período fosse mais eficaz.

Ainda segundo Salomão (2020), esta ferramenta da política monetária poderia nos trazer alguns benefícios, são eles: seria menos oneroso do que as medidas tradicionais usadas em benefícios aos bancos; não seria custoso para o tesouro, apenas uma mudança na operação contábil no balanço do BACEN liquidaria estes créditos; seria uma política para reaquecer a economia, por se tratar de uma medida com objetivo de aliviar a vida orçamentária das famílias nesse período, e por fim, não causaria efeitos inflacionários.

Assim, esse trabalho poderá servir de material de pesquisa para todos os estudantes de Ciências Econômicas que pretendem fazer uma análise do período pandêmico da Covid-19 em relação às políticas monetárias, suas medidas, suas possíveis melhoras e seu retrospecto positivo ou negativo.

Pela observação dos aspectos analisados ao longo deste trabalho, salientamos a importância da política monetária ser a propulsora em crises dessa natureza, colocando em prática seu papel de promover o controle quantitativo da moeda, impactando de maneira direta na vida das pessoas, retraindo ou aquecendo a economia do país.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan; GERBELLI, Luiz Guilherme; Martins, Raphael, Como a pandemia 'bagunçou' a economia brasileira em 2020. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/12/como-a-pandemia-baguncou-a-economia-brasileira-em-2020.ghtml>. Acesso em: 19 dez. de 2021.

A pandemia e seus impactos na economia: O que é preciso saber sobre a crise do coronavírus e seus impactos na economia? **FGV Jr.**, [s.d.]. Disponível em: https://fgvjr.com/blog/a-pandemia-e-os-seus-impactos-na-economia?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=marktech_gads_search_dsa&utm_content=marktech_allpages&utm_term=marktech_allpages&gclid=Cj0KCQiAzfuNBhCGARIsAD1nu-9hF-G6WzZvhZiO3Act1ULeormit9Won6SYOJc6C3CdYZJeGvlu-CsaAhJCEALw_wcB. Acesso em: 19 dez. de 2021.

AZEVEDO, Waldeli. Alta dos alimentos e da inflação é global, mas disparada é pior no Brasil. **Uol**. São Paulo, 13 de outubro de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/13/preco-dos-alimentos-sobe-no-mundo-todo-por-que-no-brasil-parece-pior.htm>. Acessado em: 19 de dez. de 2021.

CARRARA, Anieli Fagundes; CORREA, André Luiz. O regime de metas de inflação no Brasil: uma análise empírica do IPCA. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 16, p. 441-462, 2012.

CORACCINI, Raphael. Desemprego é a principal preocupação econômica do Brasileiro, diz pesquisa. **CNN**. São Paulo, 8 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/desemprego-e-a-principal-preocupacao-economica-do-brasileiro-diz-pesquisa/>. Acesso em: 19 dez. de 2021.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, [s. l], v. 54, n. 4, p. 969-978, jul./ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjzrDwgDJYKcdhNt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 dez. 2021.

FERNANDES, Marcelo. Mecanismo de transmissão monetária na economia brasileira pós-Plano Real. **Revista Brasileira de Economia** [online]. 2005, v. 59, n. 1 [Acesso 12 de dez. de 2021], pp. 5-32. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-71402005000100001>>. Epub 23 Set 2005. ISSN 1806-9134. <https://doi.org/10.1590/S0034-71402005000100001>.

FERREIRA, Jean Carlos Martins Gomes et al. DÓLAR: IMPACTOS DAS FLUTUAÇÕES PARA A IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO BRASILEIRAS. III SEMINÁRIO “ENSINO, PESQUISA & CIDADANIA EM CONVERGÊNCIA”, v. 28, p. 28.

G1. Endividamento bate recorde em março puxado pelo cartão de crédito, diz CNC: 77,5% das famílias brasileiras fecharam mês com dívidas. Número de inadimplentes também atingiu máxima histórica. [S. l.], 31 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/31/endividamento-bate-recorde-em-marco-puxado-pelo-cartao-de-credito-diz-cnc.ghtml>. Acesso em: 24 nov. 2022.

GIOVANNETTI, Luiz Felipe Laudari. **Inflação de serviços no Brasil: pressão de demanda ou de custos?** 2013. Tese de Doutorado.

GUTIERRES, Ana Claudia. **O que é inflação.** *Revista Eletrônica de Administração*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-3, 2004.

Introdução ao Orçamento Público. **Enap**, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3170/1/Modulo%204%20-%20Politica%20Economica%20e%20Programacao%20Financeira.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2021.

LACERDA, Reis. BdF explica: Por que os preços não param de subir? **Brasil de Fato**. São Paulo, 01 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/01/bdf-explica-por-que-os-precos-nao-param-de-subir>. Acesso em: 19 dez. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Ebook. Acesso em 3 dez. 2022.

MENDONÇA, Helder Ferreira de. A Teoria da Credibilidade da Política Monetária: the theory of monetary policy credibility. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 22, n. 387, p. 429-448, jul./set. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572002-1263>. Acesso em: 16 dez. 2021.

MENDONÇA, Camila. O que é política monetária: tudo para entender a economia de um país. **Nubank**, 2021. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/politica-monetaria/>. Acesso em: 18 dez. de 2021.

MORAN, Carlos A. Azabache; WITTE, Gilson. A Conceitualização da inflação e uma análise dos planos econômicos brasileiros de 1970-1990. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 1, n. 01, 1993.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Ebook. Acesso em 3 dez. 2022.

Política monetária. **Banco Central Do Brasil**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao>. Acesso em: 18 dez. de 2021.

REIS, Thiago. Você conhece os instrumentos de política monetária usados na economia? **Suno**, 2018. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/instrumentos-de-politica-monetaria/>. Acesso em: 18 dez. de 2021.

SALOMÃO, Benito. Política Monetária em tempos de Coronavírus. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://terracoeeconomico.com.br/politica-monetaria-em-tempos-de-coronavirus/?amp=1>. Acesso em: 23 nov. 2022.

SCHUELER, Paulo. O que é uma pandemia. Fundação Oswaldo Cruz, 2021. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em: 19 dez. de 2021

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM OS ECONOMISTAS

Abaixo seguem as perguntas, as quais foram realizadas junto aos economistas, que teve como objetivo fazer a coleta de dados a respeito do tema abordado, a fim de buscar diferentes opiniões. As mesmas foram realizadas presencial e remotamente.

1- De acordo com seus entendimentos, qual sua visão a respeito da política monetária utilizada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a qual, consistia na liberação de verbas do fundo de reserva constitucional para o financiamento de empresas não rurais, dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

2- Uma das medidas propostas pelo Banco Central, foi a mudança de cumprimento de exigibilidade de depósitos compulsórios sobre depósitos de poupança. O que achou desta medida?

3- Outra medida tomada, foi a compra de títulos privados no mercado secundário. Comente sobre esta medida.

4- Um dos focos do governo, foi na solvência de pequenas e médias empresas, através do Pronampe. Todavia, a nível de crédito, houve apenas uma medida voltada para pessoas físicas, que consistiu em oferecerem imóveis, como garantia de mais de um empréstimo, com o intuito de facilitar a busca pela moeda. Você concorda com a medida adotada? Comente.

5- O Banco Central, possui uma ferramenta de Política Monetária habitualmente aplicada ao salvamento de bancos comerciais, trata-se de uma operação de redesconto. Na prática, essa operação consiste em assegurar a liquidez de instituições, através de empréstimos. O que acha dessa medida? Acredita que a mesma deveria ter sido utilizada pelo Banco Central, como uma das medidas utilizadas em 2020?

6- De acordo com seu ponto de vista e levando em consideração as medidas de Política Monetária adotadas durante o cenário pandêmico da Covid-19, no Brasil, quais outras medidas poderiam ter sido tomadas para que os impactos da inflação pudessem ter sido diminuídos, no dia a dia da população?

7- Com relação as medidas adotadas pelo governo, no período da pandemia, qual das medidas adotadas, você julga como essencial?

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO DOS ENTREVISTADOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) na pesquisa do trabalho de conclusão de curso, intitulado **A INTERFERÊNCIA DA POLÍTICA MONETÁRIA NO CENÁRIO INFLACIONÁRIO NO BRASIL: ANÁLISE DO PERÍODO DA COVID-19**, conduzido por mim, Caio César Sanches de Abreu, aluno do oitavo período, do curso de Ciências Econômicas (2019105932) e por Mateus Ramires Rodrigues, aluno do oitavo período do curso de Ciências Econômicas (2019103337), ambos do Instituto Brasileiro de Medicina Física e Reabilitação - Ânima Educação, tendo como meu orientador, o Prof. Me. Felipe Gil.

A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário composto por sete perguntas a respeito da política monetária utilizada no cenário pandêmico da Covid-19, no Brasil. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento, não acarretará prejuízos.

O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos, os resultados de forma consolidada com identificação de indivíduos participantes, caso seja de sua autorização.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, ao final deste documento será encaminhada uma cópia para o seu e-mail. Seguem abaixo os meios de contato e o endereço institucional do professor da responsável, onde você poderá tirar dúvidas sobre o projeto e a sua participação nele, agora ou em qualquer momento.

Contatos do Professor responsável:

Prof. Me. Wagner Fernandes dos Santos

Professor da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Email: wagner.f.santos@animaeducacao.com.br

Telefone: (21) 96500-9790/ (21) 3544-1137

Endereço: Avenida das Américas, 2603- Barra da Tijuca/Rj. Cep: 22.631-002

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do professor responsável: _____